



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL

1 **Aos 07 dias do mês de junho de 2018, às 09 horas e 30 minutos, no Escritório Regional de Saúde de**
2 **Sinop, após conferência de quórum, inicia-se a 6º Reunião Extraordinária da Comissão**
3 **Intergestores Regional Teles Pires do Estado de Mato Grosso,** estando presente a Diretora do
4 Escritório Regional de Saúde de Sinop/MT Sra. Francisca Barbosa Teixeira (Coordenadora da CIR), o
5 Vice Regional do COSEMS/MT Sr. Marco Antônio Norberto Felipe, Eli Lourdes Fregonese Rizzi
6 (SMS/Claudia), Crisomar Vieira de Carvalho (SMS Feliz Natal), Rogério Noro (SMS Ipiranga do Norte),
7 Tatiana Rocha (SMS Itanhangá), Rafael Bespalez (SMS Lucas do Rio Verde), Anke Helga Schwabe
8 (SMS/Nova Mutum), Fátima Aparecida Malinski (SMS Santa Carmem), Raquel N. R. de Oliveira (SMS
9 de Santa Rita do Trivelato), Marlene de Souza Lima (SMS Sinop), Luciani Regina Bulla (SMS/União do
10 Sul), Devanil A. Barbosa (SMS/Sorriso), Waldir Alessandro Gabriel (SMS Vera), e os Técnicos do ERS
11 Sinop), Elaine Alves, Vânia Loureiro Northfleet (Recursos Humanos), Regina B. Marques (Ouvidoria
12 ERSS); Cleni T. da R. Fiel (VISA ERSS), Helena Y. M. Ferrari (VISA ERSS), Sirlei Thies (VA ERSS),
13 Marinês Brouwers (VE ERSS). Inicialmente Francisca Barbosa Teixeira (Coordenadora da CIR) e Marco
14 Antônio Norberto Felipe Vice Regional do COSEMS/MT deram boas vindas e agradeceram aos
15 participantes por terem atendido prontamente a convocação e passam a palavra para o Secretário
16 Municipal de Sorriso Devanil Barbosa que passa a falar do credenciamento do serviço de imagem onde
17 teve alguns embates, mas que conseguiram fazer o serviço andar fora de Cuiabá, são pioneiros na
18 descentralização, e informa a dificuldade que tiveram no controle na avaliação e pagamento, fala que o
19 município tem uma legislação que deixa claro que não pode fazer pagamento além dos trinta dias do
20 executado, recebemos uma pactuação no MAC para atender Tomografia e Ressonâncias em cima do que
21 já estava pactuado na PPI, então foi feito um contrato teto físico e financeiro onde o teto físico seria de
22 responsabilidade do Estado fazer o controle e teto financeiro caberia ao município de Sorriso que recebeu
23 o recurso repassar para o Prestador. Primeiro problema não tínhamos nada documentado, corremos atrás,
24 hoje o município tem uma cota que o prestador fez e não tenho como pagar porque foi aberto a execução
25 da metade do ano para frente, a contratualização foi feita no final do ano foi colocado um saldo de
26 previsão de outubro a dezembro/2017, então o excedente é de 2017 logo não tenho como pagar, porque
27 não tenho restos a pagar, em julho/2018 o saldo termina, não temos saldo de tomografia, entendo o
28 municípios, mas sei que informei reiteradas vezes para que fosse fechada a agenda visto não ter teto, não
29 tivemos resposta Estadual, mas tem o financeiro para Ressonância e foi aberto a execução, agora
30 precisamos construir um novo contrato e rever a legislação porque o financeiro está com município de
31 Sorriso e sou eu Devanil Secretário que respondo juridicamente, então estava decidido a parar, entendo e
32 defendo a regionalização mas não temos como ficar refém de um sistema indefinido e sem regulamento.
33 Primeiro precisamos que haja controle físico e real da execução, porque todos tem teto, mas não está
34 sendo utilizado esse critério, então o Vice Regional do COSEMS/MT Sr. Marco Antônio Norberto Felipe
35 pergunta para o Secretário Devanil qual a proposta para que o município continue sendo o gestor desse
36 recurso e a resposta foi que é permanecer naquele teto e também ter um documento da esfera Estadual ou
37 Federal garantindo que o teto é permanente, Devanil solicita um documento com timbre do Estado oficial
38 mesmo que já exista, mas solicita que seja reenviado e segundo ponto é que haja uma regulamentação do
39 controle físico real do Estado, Marco sugere que o Prestador também execute enquanto tiver cota e
40 terminando pare de executar, Devanil acredita que é obrigação do Estado fazer esse controle, outa
41 necessidade é que o contrato é anual, mas o município irá dividir em 3 a cada 4 meses faremos um aditivo
42 devido a PPI se movimentando para que o município tenha prazo para o fechamento do quadrimestre e
43 tenha um prazo de 60 dias para incluir, Anke Secretária de Nova Mutum sugere que seja levantado um
44 meio de pagamento ao Prestador, porque não acha justo ficar essa dívida sem quitação, sugere que seja
45 levantado um meio para efetuar esse pagamento. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata
46 por mim, Rute Eidam Nogueira Secretária Executiva CIR/MT, pela Coordenadora da CIR/MT Francisca



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL

47 Babosa Teixeira, Vice Regional do COSEMS/MT Sr. Marco Antônio Norberto Felipe e pelos Membros
48 Titulares Presentes.
49 Rute Eidam Nogueira Rute Eidam Nogueira
50 Francisca Barbosa Teixeira Francisca
51 Marco Antônio Norberto Felipe M. A. N.